

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	148.038	138.942	196.951	198.015	Fornecedores	16	17.358	22.174	64.575	69.077
Títulos e valores mobiliários		5.000	-	5.000	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	896	17.376	896	17.376
Instrumentos Financeiros Derivativos		35	-	35	-	Salários, provisões e encargos sociais		4.052	3.455	5.457	5.321
Caixa restrito	7	4.137	6.773	4.137	6.773	Impostos e contribuições a recolher	18	3.372	3.251	9.831	15.104
Contas a receber de clientes	8	87.453	122.684	141.243	174.193	Adiantamentos de clientes	19	94.851	158.065	119.644	195.959
Estoques		213	105	1.503	1.019	Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	20	-	4.282	-	4.282
Impostos a recuperar	9	5.341	2.316	18.057	24.576	Dividendos a pagar		1.991	10.534	2.001	10.534
Adiantamentos a fornecedores	10	28.537	3.721	36.121	11.379	Partes relacionadas	13	26.335	27.849	-	-
Custos antecipados	11	17.218	24.755	29.842	37.372	Outras obrigações	22	2.037	2.242	5.491	11.509
Dividendos a receber de controladas		236	1.461	-	-	Total do passivo circulante		150.892	249.228	207.895	329.162
Outras contas a receber	12	3.526	1.379	31.597	19.171						
Total do ativo circulante		299.734	302.136	464.486	472.498						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	120.000	8.333	120.000	8.333
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	49.131	55.180	53.851	59.527	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	7.044	21.815	9.288	23.885
Depósitos judiciais	21	8.055	22.071	10.477	24.698	Provisão para perdas em investimentos em controladas	14.a)	12.470	2.723	-	-
Custos antecipados	11	15.387	-	15.387	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	3.892	203
Partes relacionadas	13	39.635	21.217	7.389	7.957	Impostos e contribuições a recolher	18	5.105	5.293	5.379	5.752
Total do realizável a longo prazo		112.208	98.468	87.104	92.182	Outras obrigações	22	937	1.343	937	3.364
Investimentos em controladas	14.a)	93.480	88.733	-	-	Total do passivo não circulante		145.556	39.507	139.496	41.537
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	110.487	110.487	-	-	Total do passivo		296.448	288.735	347.391	370.699
Imobilizado	15.a)	7.775	9.412	15.991	15.697	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível:						Capital social	23	243.022	243.022	243.022	243.022
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	-	111.177	113.008	Gastos com emissão de ações	23	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Outros intangíveis	15.b)	1.933	3.022	3.113	4.099	Reservas de capital	23	6.056	4.853	6.056	4.853
Total do ativo não circulante		325.883	310.122	217.385	224.986	Ações em tesouraria	23	(2.131)	(263)	(2.131)	(263)
						Reserva de reavaliação	15.c)	776	935	776	935
						Reservas de lucros	23	78.460	70.510	78.460	70.510
						Outros resultados abrangentes	23	12.651	14.131	12.651	14.131
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		329.169	323.523	329.169	323.523
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	5.311	3.262
						Total do patrimônio líquido		329.169	323.523	334.480	326.785
TOTAL DO ATIVO		625.617	612.258	681.871	697.484	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		625.617	612.258	681.871	697.484

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	24	385.873	406.618	598.383	652.895
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	25.b)	(311.210)	(316.376)	(501.454)	(518.171)
LUCRO BRUTO		74.663	90.242	96.929	134.724
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Vendas	25.a)	(661)	(782)	(1.207)	(1.470)
Gerais e administrativas	25.a)	(37.141)	(38.243)	(58.818)	(60.983)
Remuneração dos administradores	13.2 e 25.a)	(8.147)	(6.941)	(9.677)	(8.921)
Equivalência patrimonial	14	(15.216)	11.511	-	-
Outras receitas, líquidas	28	6.370	5.021	4.943	4.770
LUCRO OPERACIONAL		19.868	60.808	32.170	68.120
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	27	(8.714)	(9.439)	(21.367)	(14.639)
Receitas financeiras	27	8.270	9.083	10.992	15.208
Variação cambial e monetária, líquida	27	(1.053)	1.414	6.014	1.141
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		18.371	61.866	27.809	69.830
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	29	(3.938)	(2.354)	(8.448)	(10.873)
Diferidos	29	(6.049)	(15.158)	(8.738)	(13.691)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.384	44.354	10.623	45.266
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				8.384	44.354
Acionistas não controladores				2.239	912
				10.623	45.266
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	36			0,1246	0,6574
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	36			0,1207	0,6337

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.384	44.354	10.623	45.266
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:				
Ajustes de conversão	(985)	-	(985)	-
Variação cambial na conversão de operações no exterior	(495)	3.833	(495)	3.833
Total do resultado abrangente do exercício	<u>6.904</u>	<u>48.187</u>	<u>9.143</u>	<u>49.099</u>
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			6.904	48.187
Acionistas não controladores			2.239	912
			<u>9.143</u>	<u>49.099</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital		Reserva de reavaliação	Reservas de Lucros			Ações em Tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	
			Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do período						
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017		243.022	(9.665)	5.776	(2.043)	995	12.043	25.047	-	-	10.298	285.473	2.117	287.590
Pagamentos baseado em ações	33	-	-	1.120	-	-	-	-	-	-	-	1.120	-	1.120
Aquisição de ações em tesouraria	21	-	-	-	-	-	-	-	(263)	-	-	(263)	-	(263)
Realização da reserva de reavaliação	23	-	-	-	-	(60)	-	60	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	-	(459)	44.354	-	-	43.895	912	44.807
Outros resultados abrangentes -	23													
Variação cambial na conversão de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	3.833	3.833	3.833	233	4.066
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	-	(459)	44.354	-	3.833	47.728	1.145	48.873
Destinação do resultado do exercício:														
Reserva legal		-	-	-	-	-	2.217	-	(2.217)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(10.535)	-	-	(10.535)	-	(10.535)
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	31.602	(31.602)	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		243.022	(9.665)	6.896	(2.043)	935	14.260	56.250	-	(263)	14.131	323.523	3.262	326.785
Pagamentos baseado em ações	33	-	-	1.203	-	-	-	-	-	-	-	1.203	-	1.203
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	-	-	-	(10.534)	-	-	-	(10.534)	-	(10.534)
Aquisição de ações em tesouraria	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.868)	-	(1.868)	-	(1.868)
Ajustes de exercícios anteriores por efeito da hiperinflação	23	-	-	-	-	-	-	11.932	-	-	-	11.932	-	11.932
Realização da reserva de reavaliação	23	-	-	-	-	(159)	-	159	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	-	-	8.384	-	-	8.384	2.239	10.623
Outros resultados abrangentes -	23													
Ajustes de conversão		-	-	-	-	-	-	-	-	(985)	(985)	(985)	-	(985)
Variação cambial na conversão de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	(495)	(495)	(495)	(180)	(675)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	-	-	8.384	-	(1.480)	6.904	2.059	8.963
Destinação do resultado do exercício:														
Reserva legal		-	-	-	-	-	419	-	(419)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(1.991)	-	-	(1.991)	(10)	(2.001)
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	5.974	(5.974)	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		243.022	(9.665)	8.099	(2.043)	776	14.679	63.781	-	(2.131)	12.651	329.169	5.311	334.480

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido		8.384	44.354	10.623	45.266
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	14	15.216	(11.511)	-	-
Resultado na incorporação de empresa controlada Aurolights		-	(459)	-	(459)
Depreciação e amortização	25.b)	3.256	4.487	5.272	6.893
Ganho com valor justo de instrumentos financeiros		(35)	-	(35)	-
Custo residual de ativo imobilizado baixado		200	(671)	1.359	13.153
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.049	15.314	8.738	13.417
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		5.722	6.670	(7.184)	3.382
Pagamentos baseados em ações		1.203	1.120	1.203	1.120
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	654	(675)	2.199	3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.a)	(28)	332	(939)	1.155
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		35.259	(76.590)	33.577	(107.380)
Estoques		(108)	-	(740)	251
Impostos a recuperar		(3.025)	940	733	(2.155)
Adiantamento a fornecedores		(24.816)	891	(24.874)	3.081
Outras contas a receber		(2.147)	516	(15.085)	(13.085)
Depósitos judiciais		14.016	88	14.166	63
Custos antecipados		(7.850)	(6.119)	(7.857)	(12.192)
Fornecedores		(4.835)	(1.983)	2.739	17.569
Impostos e contribuições a recolher		5.442	(364)	1.898	4.228
Salários, provisões e encargos sociais		597	(14)	447	(22)
Adiantamentos de clientes		(63.214)	80.069	(76.315)	99.468
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(15.849)	-	(16.807)	(179)
Outras obrigações		(2.256)	4.411	(6.552)	12.778
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(5.509)	-	(5.509)	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais		(33.674)	60.806	(78.943)	86.355
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de dividendos de controladas		1.460	1.938	-	-
Aplicações financeiras		(5.000)	14.314	(5.000)	14.314
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	-	-	139
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(711)	(1.370)	(1.405)	(2.808)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		(4.251)	14.882	(6.405)	11.645
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aquisição de ações próprias		(1.868)	(263)	(1.868)	(263)
Partes relacionadas		(24.567)	6.035	1.130	(874)
Pagamentos de dividendos		(21.068)	(6.316)	(21.058)	(6.316)
Emissão de debêntures		120.000	-	120.000	-
Pagamento de debêntures - principal		(25.000)	(16.667)	(25.000)	(16.667)
Pagamento de debêntures - juros		(2.322)	(5.335)	(2.322)	(5.335)
Caixa líquido aplicado nas (gerados pelas) atividades de financiamento		45.175	(22.546)	70.882	(29.455)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		1.846	832	13.402	6.323
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>9.096</u>	<u>53.974</u>	<u>(1.064)</u>	<u>74.868</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício		138.942	84.968	198.015	123.147
No final do exercício		148.038	138.942	196.951	198.015
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		<u>9.096</u>	<u>53.974</u>	<u>(1.064)</u>	<u>74.868</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
RECEITAS				
De serviços e produtos	442.418	467.299	664.966	723.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28	(134)	939	(804)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(302.900)	(305.742)	(486.482)	(497.046)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.171)	(21.879)	(42.715)	(40.787)
Perda de valores ativos	67	4.990	(109)	4.941
VALOR ADICIONADO BRUTO	118.442	144.534	136.599	190.052
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.256)	(4.487)	(5.272)	(6.893)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	115.186	140.047	131.327	183.159
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(7.217)	21.940	17.811	16.704
Receitas financeiras e variação cambial	7.216	10.497	17.007	16.757
Resultado de equivalência patrimonial	(15.216)	11.511	-	-
Outras receitas	783	(68)	804	(53)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	107.969	161.987	149.138	199.863
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	19.469	25.401	27.553	38.195
Remuneração direta	15.231	19.552	22.618	31.317
Benefícios	3.355	4.774	3.840	5.553
FGTS	883	1.075	1.095	1.325
Impostos, taxas e contribuições	72.076	82.704	89.914	100.672
Federais	56.453	65.270	72.671	80.494
Estaduais	-	-	1.183	2.274
Municipais	15.623	17.434	16.060	17.904
Remuneração de capitais de terceiros	8.040	9.528	21.048	15.730
Juros	7.730	9.012	20.382	14.715
Aluguéis	310	516	666	1.015
Remuneração de capital próprio	8.384	44.354	10.623	45.266
Lucros retidos	8.384	44.354	8.384	44.354
Participação dos acionistas não controladores	-	-	2.239	912
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	107.969	161.987	149.138	199.863

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra cinco casas de espetáculos na América do Sul: Credicard Hall e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Orbis Seguros, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações Financeiras da Companhia compreendem:

a) As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

b) As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração esta apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 29).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSPE"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos ("naming rights") são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e "merchandising" são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia avaliou os impactos por contabilidade de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;
- a demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

- a demonstração de resultados do ano de 2017 e os respectivos balanços patrimoniais das subsidiárias na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 21 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior (isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio);
- na ausência da emissão do pronunciamento análogo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Companhia aplicou o IAS 29 como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária nas demonstrações contábeis individuais.

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 30) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). O grupo não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2018.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 33).

x) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 31 de dezembro de 2018, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes.

a) Novas normas e alterações das normas que se tornaram efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018

i) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros – Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e as principais alterações foram; (i) classificação e mensuração dos ativos financeiros, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) contabilidade de Hedge.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, o impacto analisado esperado com a perda estimada com o crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"), na rubrica de clientes não foi material em relação à rubrica do Contas a Receber. A Companhia não foi impactada pelos demais aspectos dessa norma.

ii) CPC 47/IFRS 15 Receita de contratos com clientes - Substitui as orientações existentes na IAS 18/IAS 11, e determina essencialmente que a receita passe a ser reconhecida, não mais pela transferência de riscos e benefícios ao cliente, mas pela transferência de controle, onde o atingimento de obrigações de performance, reconhecidas ao longo do tempo ou em determinado momento, identificadas nos contratos firmados é determinante para avaliação da contraprestação que a empresa espera receber em troca do controle desses bens ou serviços, e portanto a parcela da receita a ser reconhecida. A IFRS 15 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras, devido a: (i) todos os critérios para o reconhecimento da receita já são atendidos; e (ii) a Companhia não possui obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, ou seja, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente em momento específico no tempo.

iii) CPC 10/IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações - A alteração esclarece a base de mensuração dos pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro e a contabilização de modificações que alteram um prêmio de liquidação em caixa para liquidação em capital. A IFRS 2 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia avaliou e não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras.

iv) IFRIC 22 (ICPC21) Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada:

Esta interpretação, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

aa) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos: Aplicável para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - Arrendamentos. O Pronunciamento altera a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um modelo unificado de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, que possua valor imaterial ou que tenha como base valores variáveis são caracterizados como isentos dessa norma.

A Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma e optou por aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: (i) Levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transição; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial e; (iv) impactos da adoção inicial.

A Companhia revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis e espera uma variação de 3% do Ativo Total. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais, a Companhia espera reconhecer a partir de 1º de janeiro de 2019 ativos de direito de uso de aproximadamente R\$17 milhões.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRS.

A Administração da Companhia está avaliando essas novas normas e os reflexos decorrentes das alterações serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

5. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na (nota explicativa nº 3). Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2018	2017		2018	2017
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Bizarro Producciones SpA.	60,00	-
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
Ticketek S.A.C.	99,99	99,99			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	-			
T4F Bizarro Producciones SpA.	-	60,00			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Controladas:	2018			2017		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	1.201	842	-	1.386	1.063	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	5.374	13.184	5.444	13.602	15.465	12.239
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	18.068	2.867	2.130	19.239	4.580	15.916
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. and indirect subsidiaries	66.470	15.441	22.014	79.493	31.963	39.738
T4F USA Inc.	3.084	2	-	2.539	3	-
Ticket Co. SpA	21.050	12.367	9.936	181.762	174.816	7.799
Vicar Promoções Desportivas S.A.	14.056	5.037	28.448	14.175	5.485	29.625
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	5.629	8.167	-	7.823	9.259	15.479
T4F Entretenimiento Chile SpA.	79.273	74.768	105.008	51.647	45.316	91.601
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	24.095	27.233	39.814	42.791	37.238	36.780

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral. A T4F Entretenimiento Chile SpA atualmente detém participação direta na T4F Bizarro Producciones SpA de 60%.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos (c)	15.822	8.234	24.961	20.699
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	108.668	96.967	146.705	139.734
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	15.281	23.105	15.956	23.359
Operação compromissada - DI (b)	8.267	7.319	9.329	10.906
Time deposit (c)	-	3.317	-	3.317
Total	148.038	138.942	196.951	198.015

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público, Crédito Privados e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 85% a 100% da variação do CDI (85% a 100% em 31 de dezembro de 2017), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 20). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$4.137 (R\$6.773 em 31 de dezembro de 2017).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes faturados (i)	17.630	25.266	28.848	39.018
Bilheteria (ii)	54.804	78.409	83.548	103.498
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	15.553	19.571	33.836	37.691
Total das contas a receber	87.987	123.246	146.232	180.207
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(534)	(562)	(4.989)	(6.014)
Total	87.453	122.684	141.243	174.193

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer:	82.713	118.819	129.742	162.765
Vencidas:				
Até 30 dias	3.538	2.852	4.544	10.074
De 31 a 60 dias	327	586	1.297	1.156
De 61 a 90 dias	875	427	1.017	696
De 91 a 180 dias	23	103	582	106
Há mais de 180 dias	511	459	9.050	5.410
Total das contas a receber	87.987	123.246	146.232	180.207

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	562	6.014
(+) Adições	-	772
(-) Reversões e baixas	(28)	(1.797)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	534	4.989

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ/CSLL - antecipações	2.795	12	4.803	1.695
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	287	257	4.212	7.117
Programa de Integração Social - PIS	-	-	31	19
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	135	84
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.513	4.983
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	517	1.132
Crédito de imposto de renda de primeira categoria - Chile	-	-	-	5.830
Outros	2.259	2.047	3.846	3.716
Total	5.341	2.316	18.057	24.576

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	27.541	3.251	31.536	7.335
Outros	996	470	4.585	4.044
Total	28.537	3.721	36.121	11.379

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Eventos, shows e espetáculos contratados	30.672	23.521	41.320	32.777
Outros	1.933	1.234	3.909	4.595
Total	32.605	24.755	45.229	37.372
Circulante	17.218	24.755	29.842	37.372
Não Circulante (i)	15.387	-	15.387	-

(i) Refere-se a pagamento contratuais antecipados para eventos a serem realizados entre 2020 a 2023.

As parcelas para a apropriação ao resultado para os eventos, shows e espetáculos contratados, têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
1º trimestre de 2019	3.521	3.522
2º trimestre de 2019	8.883	8.932
3º trimestre de 2019	1.233	1.233
4º trimestre de 2019	1.648	12.246
A partir de 2020	15.387	15.387
	30.672	41.320

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2018	2017
Coparticipação de shows(i)	22.975	10.796
Bilheteria a receber de terceiros (ii)	4.957	6.427
Reembolso de Contingências (iii)	3.329	-
Outros	336	1.948
	31.597	19.171

(i) Os valores registrados nesta rubrica referem-se substancialmente a créditos a título de participação nos resultados dos eventos realizados pela T4F Bizarro, conforme acordo de acionistas entre T4F Entretenimento SA e Eventos Bizarro.

(ii) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(iii) Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas, nos montantes de R\$2.112, R\$439 e R\$778, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018, registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 21) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

13. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	2018			2017		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	30	-	-	950	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	5.413	-	562	-	4.308	179
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	12.111	-	(3.988)	14.124	-	(5.446)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.085	-	(378)	2.098	-	-
T4F Chile S.A. (ii)	-	23.359	(4.165)	-	19.194	(798)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (vi)	15.400	-	94	-	1.912	(28)
T4F USA Inc. (iii)	-	2.976	(541)	-	2.435	(120)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	400	-	915	690	-	1.180
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	4.196	-	890	3.355	-	(440)
Total	39.635	26.335	(6.611)	21.217	27.849	(5.473)

Consolidado:

Categoria	2018		2017	
	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	5.917	562	3.530	647
ACT Peru S.A.C	1.702	-	1.513	-
Eventos Bizarro SpA.	(230)	-	2.914	-
Total	7.389	562	7.957	647

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 a companhia assinou novo contrato no montante de US\$800 mil. A taxa anual de atualização correspondente é de LIBOR+3%.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$4.500 mil atualizado pela taxa LIBOR e por juros de 2,4% a.a.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	2018				2017			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	381	-	-	381	380	-	-	380
Conselho Fiscal	218	-	-	218	-	-	-	-
Diretores estatutários	3.712	2.973	863	7.548	4.237	1.645	679	6.561
Total	4.311	2.973	863	8.147	4.617	1.645	679	6.941

Consolidado	2018				2017			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	381	-	-	381	380	-	-	380
Conselho Fiscal	218	-	-	218	-	-	-	-
Diretores estatutários	4.691	3.524	863	9.078	5.966	1.896	679	8.541
Total	5.290	3.524	863	9.677	6.346	1.896	679	8.921

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite anual da remuneração global dos administradores na controladora foi fixado em R\$11.176 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de dezembro de 2018

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	359	36	99,99	36	-	359
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(7.810)	(5.947)	99,99	(5.947)	(7.809)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(3.138)	(8.884)	98,29	(8.884)	(3.138)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	15.201	722	99,99	722	-	15.200
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.030	(6.164)	100,00	(6.164)	-	51.030
T4F USA Inc.	3.082	106	100,00	106	-	3.082
Ticket Co. SpA.	8.683	1.509	100,00	1.509	-	8.683
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(2.538)	(903)	60,00	(542)	(1.523)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	12.434	3.613	100,00	3.613	-	7.459
Vicar Promoções Desportivas S.A.	9.019	394	85,00	335	-	7.667
Total				(15.216)	(12.470)	93.480

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

a.2) 31 de dezembro de 2017

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	323	34	99,99	34	-	323
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(1.863)	(1.252)	99,99	(1.252)	(1.862)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	5.553	2.616	98,29	2.617	-	5.553
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.659	5.843	99,99	5.842	-	14.659
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	47.531	3.896	100,00	3.896	-	47.531
T4F USA Inc.	2.536	72	100,00	72	-	2.536
Ticket Co. SpA.	6.946	131	100,00	131	-	6.946
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(1.435)	(1.464)	60,00	(878)	(861)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	6.332	4.462	60,00	2.677	-	3.799
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.689	(1.915)	85,00	(1.628)	-	7.386
Total				11.511	(2.723)	88.733

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

	Controladora 2018	Controladora 2017
Saldo inicial do investimento líquido	86.010	89.001
Equivalência patrimonial	(15.216)	11.511
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	(495)	3.830
Ajustes de conversão	(985)	-
Ajustes de conversão - (hiperinflação)	11.932	-
Dividendos de controladas	(236)	(1.461)
Baixa de investimento (Incorporação Aurolights) (i)	-	(16.871)
Saldo final do investimento líquido	81.010	86.010
Provisão para perdas em investimentos em controladas	12.470	2.723
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	93.480	88.733

(i) Baixa de investimento originado na incorporação da Aurolights pela T4F Entretenimento S.A.

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	690	2.521
Total	110.487	110.487	111.177	113.008

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são as que seguem:

	2018			2017		
	Brasil	Argentina	Chile	Brasil	Argentina	Chile
Cálculo do CAPM & WACC						
Risk Free	2,7%	2,7%	2,7%	2,8%	2,8%	2,8%
Market Risk Premium	6,9%	10,3%	3,7%	6,7%	8,6%	3,9%
Beta	102,0%	102,0%	102,0%	106,0%	106,0%	106,0%
Country Risk (bps)	4,2%	7,6%	1,0%	4,0%	5,9%	1,1%
Inflation	4,0%	15,0%	2,0%	4,0%	15,0%	2,0%
Income Tax Rate	34,0%	35,0%	26,0%	34,0%	35,0%	26,0%
Before Tax Cost of Debt	8,9%	22,0%	5,4%	9,4%	22,0%	5,4%
Kd	5,9%	14,3%	4,0%	6,2%	14,3%	4,0%
Ke	17,9%	35,9%	9,4%	17,8%	32,7%	10,0%
WACC	16,5%	33,4%	8,8%	17,2%	31,8%	9,7%

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio. O valor foi impactado pelos efeitos da variação cambial na conversão e pela hiperinflação na Argentina.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

15. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	110	187
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.749	76.391	115.710	98.371
Móveis e utensílios	4.363	5.326	7.653	9.720
Máquinas e equipamentos	13.846	14.253	18.492	19.236
Equipamentos de processamento de dados	6.526	7.662	8.834	12.628
Estruturas	9.196	9.100	9.348	9.260
Veículos	843	1.002	6.035	6.196
Imobilizado em andamento	117	141	120	144
Total	111.640	113.875	166.302	155.742

		Taxa média anual de depreciação e amortização - %			
		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	14	(74.832)	(74.266)	(107.992)	(92.960)
Móveis e utensílios	6	(3.369)	(3.963)	(6.120)	(7.637)
Máquinas e equipamentos	13	(9.959)	(9.769)	(13.477)	(13.405)
Equipamentos de processamento de dados	20	(6.142)	(7.086)	(7.939)	(11.557)
Estruturas	15	(9.008)	(8.804)	(9.094)	(8.887)
Veículos	20	(555)	(575)	(5.689)	(5.599)
Total		(103.865)	(104.463)	(150.311)	(140.045)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	110	187
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	1.917	2.125	7.718	5.413
Móveis e utensílios	994	1.363	1.533	2.083
Máquinas e equipamentos	3.887	4.484	5.015	5.829
Equipamentos de processamento de dados	384	576	895	1.071
Estruturas	188	296	254	373
Veículos	288	427	346	597
Imobilizado em andamento	117	141	120	144
Total	7.775	9.412	15.991	15.697

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Custo	-	11.796	11.826	17.401	16.269
Amortização	20	(9.863)	(8.804)	(14.288)	(12.170)
Total		1.933	3.022	3.113	4.099

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	2018		2017	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	486	(372)	114	177
Máquinas e equipamentos	1.967	(986)	981	1.149
Equipamentos de processamento de dados	173	(116)	57	64
Equipamentos Aurolights - incorporação	211	(189)	22	28
	28.171	(26.997)	1.174	1.418
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(398)	(483)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			776	935

Consolidado:

	2018		2017	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.041	(882)	159	246
Máquinas e equipamentos	3.721	(2.302)	1.419	1.644
Equipamentos de processamento de dados	232	(172)	60	67
Equipamentos Aurolights - incorporação	211	(189)	22	28
	30.539	(28.879)	1.660	1.985
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(564)	(675)
Eliminações do consolidado (i)			(320)	(375)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			776	935

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	9.412	10.573	15.697	31.676
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	375	391	524	704
Móveis e utensílios	3	32	10	89
Máquinas e equipamentos	226	227	228	587
Equipamentos de processamento de dados	107	103	361	355
Estruturas	-	-	-	148
Veículos	-	442	-	452
Adiantamentos de imobilizado	-	165	-	139
Transferência de ativo imobilizado - Incorporação(1)	-	31.559	-	31.559
Total de adições	711	32.919	1.123	34.033
Baixas líquidas	(198)	(11.273)	(1.234)	(23.191)
Depreciação	(2.150)	(3.191)	(4.139)	(5.215)
Depreciação - Incorporação(1)	-	(19.616)	-	(21.512)
Efeitos de variação cambial	-	-	(575)	(94)
(-) Correção monetária na Arg.	-	-	5.119	-
	(2.348)	(34.080)	(829)	(50.012)
Saldo final	7.775	9.412	15.991	15.697

(1) O total residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$11.943 e referem-se substancialmente aos montantes de R\$6.540 no grupo de máquinas e equipamentos, R\$4.749 no grupo de estruturas e R\$654 em outros. Em dezembro de 2018 parte relevante desses ativos foi baixada por venda e em 31 de dezembro de 2018 o saldo residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$224.

A Companhia ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$127, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem.

Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2018, há aproximadamente R\$14.584, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	3.022	4.291	4.099	5.345
Adições:				
Software	17	26	301	353
Transferência de intangível - Incorporação	-	29	-	29
Amortização (1)	(1.106)	(1.296)	(1.133)	(1.678)
Amortização - Incorporação	-	(24)	-	(26)
Baixas líquidas	-	(4)	(253)	76
(-) Correção monetária na Arg.	-	-	99	-
Saldo final	1.933	3.022	3.113	4.099

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 25.b).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais	17.201	22.001	64.117	68.709
Fornecedores estrangeiros	157	173	458	368
Total	17.358	22.174	64.575	69.077

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Debêntures (a)	CDI + 1,6225	120.896	25.637	120.896	25.637
Empréstimo (b)	3,5%	-	72	-	72
Total		120.896	25.709	120.896	25.709
Parcela do passivo circulante		896	17.376	896	17.376
Parcela do passivo não circulante		120.000	8.333	120.000	8.333

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, R\$40.000 em 2020, R\$40.000 em 2021 e R\$40.000 em 2022.

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio (naming rights).

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
COFINS a recolher	1.037	380	1.154	708
PIS a recolher	224	79	249	148
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.401	1.546	1.590	1.898
IRPJ e CSLL a recolher	-	649	2.525	9.080
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	394	349	161	217
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	990	798
IVA - imposto de valor agregado	-	-	1.857	1.025
CMS a recolher - faturamento	-	-	-	36
INSS de terceiros a recolher	148	167	270	286
Outros	168	81	894	453
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	141	455
Passivo circulante	3.372	3.251	9.831	15.104
Parcelamento de ISS (b)	1.036	1.354	1.036	1.354
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	4.069	3.939	4.069	3.939
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	274	459
Passivo não circulante	5.105	5.293	5.379	5.752

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo remanescente era de R\$4.069 (R\$3.939 em 31 de dezembro de 2017). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, pendente de posterior homologação por parte da Receita Federal do Brasil.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2018 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.430 (R\$1.703 em 31 de dezembro de 2017).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 31 de dezembro de 2018 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 77 meses); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 8 meses).

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contratos de “naming rights” (a)	8.886	12.246	8.886	12.246
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	7.829	13.271	11.013	25.913
Eventos privados (b.2)	528	10.233	529	10.260
Vendas antecipadas de ingressos (c)	77.608	122.315	99.216	147.540
Total	94.851	158.065	119.644	195.959

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca. Em 31 de dezembro de 2018 aos valores a serem apropriados em 2019, 2020 e 2021 será de R\$2.880 e em 2022 de R\$246 na controladora e no consolidado.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras. Em 31 de dezembro de 2018 aos valores a serem apropriados em 2019 será de R\$7.829 na controladora e de R\$11.013 no consolidado.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas. Em 31 de dezembro de 2018 aos valores a serem apropriados em 2019 será de R\$528 na controladora e de R\$529 no consolidado.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica "Caixa restrito" (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são recolhidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. Em 31 de dezembro de 2018 não houve montantes envolvidos nessa operação.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas	4.743	7.863	6.208	9.345
Cíveis	1.267	13.766	1.783	14.097
Tributários	1.034	186	1.297	443
Total	7.044	21.815	9.288	23.885

21.1) Provisões tributárias

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$107.548 (R\$92.186 em 31 de dezembro de 2017).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2018, o montante global desses processos, era de aproximadamente R\$ 53.831.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2018, o valor estimado do processo é R\$12.661 (R\$12.321 em 31 de dezembro de 2017).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2018, o valor envolvido era de R\$5.455 (R\$5.298 em 31 de dezembro de 2017).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado dos dois processos é de R\$12.330 (R\$11.771 em 31 de dezembro de 2017).

e) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$18.635 para data base de 31 de dezembro de 2018, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bitributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, valor estimado de 50% do total, e remota para o item (ii), em montante correspondente a 50% do total acima informado.

f) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$2.729 (R\$2.639 em 31 de dezembro de 2017).

g) Em outubro de 2018, a Companhia foi autuada pela Receita Federal em razão de supostas diferenças apuradas no momento da nacionalização de peças de figurino inicialmente importadas sob o regime de admissão temporária para a realização de determinado espetáculo. O valor da autuação é de R\$5.073. A opinião dos assessores jurídicos é de que a probabilidade de perda é possível.

21.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$8.959 (R\$8.264 em 31 de dezembro de 2017).

21.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$28.307 (R\$29.611 em 31 de dezembro de 2017).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de dezembro de 2018 é de aproximadamente R\$2.440 (R\$2.123 em 31 de dezembro de 2017) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública ("ACP") proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.252, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

c) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de "Quidam", nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.110, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda "Iron Maiden", ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2018 o valor em discussão é de R\$ 1.692 (R\$1.536 em 31 de dezembro de 2017). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2018, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$10.477 (R\$24.698 em 31 de dezembro de 2017).

21.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	2017	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2018
Trabalhistas	7.863	(455)	(2.973)	308	4.743
Cíveis	13.766	266	(12.876)	111	1.267
Tributário	186	843	-	5	1.034
Total	21.815	654	(15.849)	424	7.044

Consolidado	2017	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2018
Trabalhistas	9.345	191	(3.347)	354	(335)	6.208
Cíveis	14.097	1.165	(13.460)	117	(136)	1.783
Tributário	443	843	-	11	-	1.297
Total	23.885	2.199	(16.807)	482	(471)	9.288

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheteria e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. No exercício de 2018 foi pago aos acionistas a título de dividendos adicionais propostos o valor de R\$10.534 equivalente a 25% do lucro líquido do exercício de 2017. A distribuição dos dividendos de 2018 será conforme quadro abaixo.

	2018
Lucro líquido do exercício	8.384
(-) Reserva legal	(419)
Base de cálculo dos dividendos	7.965
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.991

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 33).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de maio de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento ("Programa de Recompra" ou "Programa").

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)*
214.600	2.131	6,10	9,88	10,77	1.583.748

h) Ajustes de exercícios anteriores por efeito da hiperinflação:

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados.

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta:				
Serviços	442.280	466.432	662.797	702.697
Produtos	138	867	2.169	21.051
Impostos incidentes	(56.545)	(60.681)	(66.583)	(70.853)
Receita líquida	385.873	406.618	598.383	652.895

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

25. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(21.801)	(22.992)	(33.224)	(35.379)
Serviços de terceiros	(21.704)	(19.994)	(27.368)	(25.464)
Utilidades e facilidades	(1.374)	(1.513)	(3.940)	(4.411)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	28	(134)	939	(803)
Outras despesas operacionais	(1.098)	(1.333)	(6.109)	(5.317)
Despesas operacionais	(45.949)	(45.966)	(69.702)	(71.374)
Vendas	(661)	(782)	(1.207)	(1.470)
Gerais e administrativas	(37.141)	(38.243)	(58.818)	(60.983)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(8.147)	(6.941)	(9.677)	(8.921)
Total das despesas por natureza	(45.949)	(45.966)	(69.702)	(71.374)

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(158.843)	(145.999)	(219.437)	(203.450)
Transportes e locações	(52.192)	(39.540)	(66.302)	(56.657)
Serviços de terceiros	(28.163)	(48.208)	(44.597)	(70.581)
Viagens e locomoção	(7.075)	(7.778)	(9.199)	(10.097)
Utilidades e facilidades	(20.439)	(26.772)	(26.196)	(31.779)
Mídia e publicidade	(13.466)	(17.499)	(21.037)	(25.538)
Depreciação e amortização	(3.256)	(4.487)	(5.272)	(6.893)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(3.833)	(4.724)	(7.317)	(9.092)
Custos de produção	(23.943)	(21.369)	(102.097)	(104.084)
Total	(311.210)	(316.376)	(501.454)	(518.171)

26. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e bonificações	(11.012)	(11.847)	(21.403)	(23.871)
Despesa de férias	(1.425)	(1.470)	(1.626)	(1.783)
Despesa de 13º salário	(870)	(1.039)	(1.292)	(1.541)
Encargos sociais	(5.064)	(4.913)	(7.404)	(7.877)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(3.744)	(3.325)	(4.045)	(3.414)
Pagamentos baseados em ações	(1.203)	(1.120)	(1.203)	(1.120)
Outros benefícios a empregados (i)	(2.316)	(4.002)	(3.568)	(4.865)
Total de despesas com benefícios a empregados	(25.634)	(27.716)	(40.541)	(44.471)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(3.833)	(4.724)	(7.317)	(9.092)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(21.801)	(22.992)	(33.224)	(35.379)
Total	(25.634)	(27.716)	(40.541)	(44.471)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(538)	(865)	(157)	(5.255)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(984)	(427)	(985)	(3.078)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(653)	(669)	(653)	(669)
Juros com debêntures	(2.267)	(4.177)	(2.267)	(4.177)
Outras(i)	(4.272)	(3.301)	(17.305)	(1.460)
Total	(8.714)	(9.439)	(21.367)	(14.639)

(i) Inclui o valor total de R\$11.641 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	331	2.345	3.000
Rendimentos de aplicações financeiras	7.742	8.461	7.605	12.022
Outras(i)	528	291	1.042	186
Total	8.270	9.083	10.992	15.208

(i) Inclui o valor total de R\$974 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(15.095)	(4.851)	(17.334)	(11.625)
Ativas	13.475	4.902	22.421	10.619
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(1.746)	(137)	(1.804)	(159)
Ativas	2.313	1.500	2.731	2.306
Total	(1.053)	1.414	6.014	1.141

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.708	(510)	2.911	(2.659)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	67	5.543	(29)	5.543
Outras	595	(12)	2.061	1.886
Total	6.370	5.021	4.943	4.770

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa de IRPJ corrente	(2.998)	(1.720)	(7.330)	(9.812)
Despesa de CSLL corrente	(940)	(634)	(1.118)	(1.061)
IRPJ e CSLL diferidos	(6.049)	(15.158)	(8.738)	(13.691)
Total	(9.987)	(17.512)	(17.186)	(24.564)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	18.371	61.866	27.809	69.830
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(6.246)	(21.034)	(9.455)	(23.742)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	80	(94)	(23)	(213)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	-	(931)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	(161)	1.062
Controlada tributada no exterior	-	-	(7.138)	(425)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.412)	3.914	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(409)	(381)	(409)	(381)
Outros itens	-	83	-	66
Crédito de IRPJ e CSLL	(9.987)	(17.512)	(17.186)	(24.564)
% alíquota efetiva	54%	28%	62%	35%

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	2016	Variação do exercício	2017	Variação do exercício	2018		
Controladora							
Impostos diferidos ativos sobre:							
Não circulante:							
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 14b)	14.318	(14.318)	-	-	-		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	78	113	191	(9)	182		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.318	99	7.417	(5.022)	2.395		
Prejuízos fiscais	34.500	(721)	33.779	(1.295)	32.484		
Base negativa de CSLL	13.298	(260)	13.038	(403)	12.635		
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(763)	7	(756)	157	(599)		
Outras provisões	1.745	(234)	1.511	523	2.034		
Total do ativo líquido	70.494	(15.314)	55.180	(6.049)	49.131		
	2016	Variação do exercício	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	2017	Variação do exercício	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	2018
Consolidado							
Impostos diferidos ativos sobre:							
Não circulante:							
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 14b)	14.318	(14.318)	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	141	258	10	409	(49)	164	524
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.531	112	34	7.677	(6.330)	19	1.366
Prejuízos fiscais	34.500	(591)	-	33.909	(1.025)	108	32.992
Base negativa de CSLL	13.298	(260)	-	13.038	(403)	-	12.635
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(763)	7	-	(756)	157	-	(599)
Outras provisões	4.114	1.521	(385)	5.250	1.635	48	6.933
Total do ativo	73.139	(13.271)	(341)	59.527	(6.015)	339	53.851
Impostos diferidos passivos sobre:							
Não circulante:							
Outras provisões	-	-	-	-	(3.727)	-	(3.727)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(466)	263	-	(203)	38	-	(165)
Total do passivo	(466)	263	-	(203)	(3.689)	-	(3.892)
Total líquido	72.673	(13.008)	(341)	59.324	(9.704)	339	49.959

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	31.665	26.262
Diferenças temporárias dedutíveis	(438)	619
	31.227	26.881
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	10.617	9.140

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos trimestres.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	5.921	6.543
2020	7.547	8.168
2021	8.335	8.956
2022	9.230	9.851
2023	9.809	10.430
2024	8.289	9.903
Total	49.131	53.851

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 23).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

30.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			2018	2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(120.896)	(25.709)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	15.822	8.234
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	137.216	130.708
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	39.635	21.217
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(26.335)	(27.849)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	87.453	122.684
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(17.358)	(22.174)
Total de exposição			115.537	207.111
Efeito no resultado			(4.105)	(142)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			2018	2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(120.896)	(25.709)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	24.961	20.699
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	176.990	177.316
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	7.389	7.957
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	141.243	174.193
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(64.575)	(69.077)
Total de exposição			165.112	285.379
Efeito no resultado			(8.348)	3.721

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 1,6225% ao ano para a emissão de 2018. (nota explicativa nº 17).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 27).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

30.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possui esse tipo de instrumentos financeiros contratados.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Bancos	Ativo ao custo amortizado	Dólar	15.822	8.234	15.822	8.234
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	4.196	3.355	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Ativo ao custo amortizado	Dólar	15.400	-	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(26.335)	(23.541)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(157)	(173)	(458)	(368)
Total de exposição			8.926	(12.125)	15.364	7.866
Efeitos no resultado			(4.909)	(127)	2.934	(177)

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de dezembro de 2018 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		Cenário			
		2018	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(120.896)	(131.845)	(133.856)	(135.868)
Aplicações financeiras	Redução	137.216	145.400	147.453	149.492
Exposição líquida		16.320	13.555	13.597	13.624

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

	Risco	Consolidado			
		2018	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(120.896)	(128.634)	(130.565)	(132.496)
Aplicações financeiras	Redução	176.990	202.957	209.455	215.941
Exposição líquida		56.094	74.323	78.890	83.445

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado negativo de R\$2.765 na controladora e positivo de R\$18.229 no consolidado nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados de 1,6225% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$2.723 na controladora e positivo de R\$22.796 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$6.696 na controladora e positivo de R\$27.351 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2018 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		2018	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	15.822	15.721	19.651	23.581
Fornecedores	Aumento	(157)	(156)	(195)	(234)
Exposição líquida		15.665	15.565	19.456	23.347

	Risco	Consolidado			
		2018	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	24.961	24.801	31.002	37.202
Fornecedores	Aumento	(458)	(455)	(569)	(683)
Exposição líquida		24.503	24.346	30.433	36.519

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$100 e R\$157 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$3.791 e R\$5.930 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$7.682 e R\$12.016 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 27).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

31. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		2018	2017
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	123.339	62.400
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	250.189	168.590
		<u>373.528</u>	<u>230.990</u>

32. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	10.267	11.312
Do 2º ao 5º ano	18.292	19.465
Total	28.559	30.777

c) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$61.697.

d) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos administrativos contra a Inspiração é de R\$33.575 para 31 de dezembro de 2018.

33. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), ratificado em 13 de janeiro de 2011, alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 e prorrogada pela Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2016. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do Plano.

As parcelas anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções "vested" mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados no resultado até 2017	Valores registrados no resultado em 2018	Valores a registrar em períodos futuros
De 2007 até 2014	4.047.916	5.913	-	-
2015	950.000	384	75	22
2016	488.000	900	293	229
2017	1.200.000	490	835	720
Total	6.685.916	7.687	1.203	971

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado					
Datas de outorga	01/07/2014	10/11/2014	01/04/2015	28/04/2016	18/08/2017
Número de executivos contemplados	13	1	8	1	6
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	01/07/2018	30/12/2018	14/04/2020	27/04/2021	14/04/2022
Volatilidade do preço da ação	36,85%	38,80%	41,72%	54,77%	20,75%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	13,25%	1,86%
Preço para exercício por opção R\$	5,03	4,77	2,36	6,03	4,31
Indexador	Não indexado		Indexado pelo IGP-M		Indexado pelo IGP-M
Preço para trimestre, corrigido - R\$	5,79	4,77	2,63	4,77	5,99
Valor justo por opção - R\$:					
Série 1	0,79	0,12	0,49	0,27	2,50
Série 2	0,97	0,18	0,56	0,4	3,19
Série 3	1,07	-	-	0,5	3,71
Série 4	1,12	-	-	0,56	4,14

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

Movimentação das opções de compra de ações do exercício:

	2018		2017	
	Opções	Preço médio outorgado - R\$	Opções	Preço médio outorgado - R\$
Posição do início do ano	3.995.526	4,70	2.795.526	5,08
Outorgadas	-		1.200.000	4,31
Canceladas	(233.750)	4,31	-	
Exercíveis no fim do exercício	3.761.776	4,50	3.995.526	4,70

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Consolidado				
2018				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	410.650	95.893	91.840	598.383
Custos	(435.083)	(66.371)	-	(501.454)
Lucro bruto	(24.433)	29.522	91.840	96.929
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(11.861)	(18.057)	-	(29.918)
	(36.294)	11.465	91.840	67.011
Despesas administrativas				(34.841)
Resultado financeiro				(4.361)
Lucro antes dos impostos				27.809

Consolidado				
2017				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	406.557	153.833	92.505	652.895
Custos	(407.878)	(110.293)	-	(518.171)
Lucro bruto	(1.321)	43.540	92.505	134.724
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(17.138)	(12.448)	-	(29.586)
	(18.459)	31.092	92.505	105.138
Despesas administrativas				(37.018)
Resultado financeiro				1.710
Lucro antes dos impostos				69.830

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
<u>Receita líquida</u>		
Argentina	60.998	75.567
Brasil	421.611	461.499
Chile	115.774	100.350
Peru	-	15.479
	<u>598.383</u>	<u>652.895</u>
	Consolidado	
	2018	2017
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>		
Argentina	3.305	25.393
Brasil	75.536	98.710
Chile	18.088	11.485
Peru	-	(864)
	<u>96.929</u>	<u>134.724</u>
	Consolidado	
	2018	2017
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>		
Argentina	(17.828)	13.911
Brasil	29.389	54.469
Chile	17.045	2.842
Peru	(903)	(1.464)
USA	106	72
	<u>27.809</u>	<u>69.830</u>

35. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$19 na controladora e consolidado (R\$16 na controladora e R\$19 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$2.636 (R\$1.049 em 31 de dezembro de 2017).

36. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	8.384	44.354
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	67.286.065	67.466.265
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	69.472.065	69.997.265
Lucro básico por ação - em reais	0,1246	0,6574
Lucro diluído por ação - em reais	0,1207	0,6337

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Anunciamos a associação com a Popload, plataforma de música e cultura pop que apresenta conteúdo diário, shows e um festival anual que reúne o melhor da cena independente internacional e local. Em 2019, a marca completa 13 anos de atuação e segue impactando milhões de fãs de música por todo o Brasil através de diferentes frentes de trabalho.

Dentre as diversas atuações, a Popload envolve uma plataforma digital, um selo de shows, ações especiais de cidadania, sustentabilidade e acessibilidade e o Popload Festival, evento anual realizado em São Paulo desde 2013. Ao longo das seis edições, o festival já apresentou no line-up nomes como: Lorde, Blondie, MGMT, Phoenix, Wilco, Tame Impala, dentre muitos outros.

A associação ocorre por meio da aquisição do controle da sociedade detentora com exclusividade das marcas e dos direitos da realização do Popload Festival, além dos outros ativos relacionados, e reforça a estratégia da Companhia focada em festivais com potencial para geração de maior recorrência de receitas e resultados.

38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 25 de fevereiro de 2019.
